

A REDE URBANA ATLÂNTICA COLONIAL DO BAIXO SUL BAIANO E AS MARCAS DA AGÊNCIA INDÍGENA

THE COLONIAL ATLANTIC URBAN NETWORK OF BAHIA'S BAIXO SUL AND THE MARKINS OF INDIGENOUS AGENCY

Marcelo Henrique Dias ¹

RESUMO: Trata-se de uma investigação sobre a formação da rede urbana colonial do Baixo Sul baiano (Bahia, Brasil) entre os séculos XVI e XIX. Naqueles territórios, as experiências de catequese e aldeamento dos jesuítas se iniciaram ainda no século XVI, sendo que as primeiras povoações portuguesas surgiram no arquipélago de Cairu, Tinharé e Boipeba no início do século XVII, seguida da formação de outros núcleos no continente que posteriormente evoluiriam para a condição de freguesias, povoações e vilas. O processo de urbanização contou, para além dos portugueses, com o protagonismo de outros agentes, cujas marcas, apesar de invisibilizadas na memória regional e na historiografia, ficaram gravadas na toponímia, na urdidura da rede e na tessitura dos núcleos urbanos. O intento desse artigo é justamente repensar aquele processo de urbanização, buscando fazer emergir as ações daqueles protagonistas invisibilizados, sobretudo dos povos originários. Através de fontes textuais produzidas por autoridades coloniais e religiosos e um conjunto cartográfico daquele período, busca-se identificar traços da paisagem que manifestam os interesses e os sentidos das intervenções dos diferentes grupos humanos no ambiente físico.

PALAVRAS-CHAVE: Baixo Sul da Bahia; urbanização; protagonismo indígena.

ABSTRACT: This is an investigation into the formation of the colonial urban network in the Baixo Sul region of Bahia (Bahia, Brazil) between the 16th and 19th centuries. In those territories, Jesuit catechism and settlement experiences began as early as the 16th century, with the first Portuguese settlements emerging in the Cairu, Tinharé, and Boipeba archipelago in the early 17th century. These were followed by the formation of other settlements on the mainland, which later evolved into parishes, villages, and towns. The

* Este artigo é parte dos resultados do projeto de pesquisa “A rede urbana sul baiana e as projeções do Atlântico no século XIX” (2023-2025), coordenado por esse autor e financiado pela Pró Reitoria de Pesquisa e Pós- Graduação (PROPP) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC - Ilhéus, Bahia, Brasil).

¹ Doutor em História (PPGH-UFF) e Professor Pleno do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas – DFCH - UESC. Docente do Programa de Pós-Graduação em História - UESC.

urbanization process involved, beyond the Portuguese, the protagonism of other agents, whose marks—though rendered invisible in regional memory and historiography—were recorded in toponymy, the urban network's structure, and the trace of urban nuclei. This article's goal is precisely to rethink that urbanization process, seeking to bring forth the actions of those overlooked protagonists, especially the Indigenous peoples. By using textual sources produced by colonial and religious authorities and a cartographic set from that period, the study aims to identify landscape features that reflect the interests and intentions of different human groups in the physical environment.

KEYWORDS: Baixo Sul Bahia; urbanization; indigenous protagonism.

Introdução

Esse artigo tem por objetivo analisar o processo de urbanização do Baixo Sul baiano entre os séculos XVI e XIX, mais especificamente do recorte costeiro entre as atuais cidades de Camamu e Valença. Essa zona figura como uma das pioneiras do processo de ocupação colonial na Bahia, em grande medida devido a sua localização entre dois dos primeiros e mais dinâmicos núcleos da política urbanizadora iniciada com as capitanias hereditárias: Ilhéus (vila de São Jorge) e Salvador. Os primeiros jesuítas que vierem com Tomé de Souza logo iniciaram o trabalho de catequese nos territórios ao sul da primeira capital, seguindo o projeto dos aldeamentos.

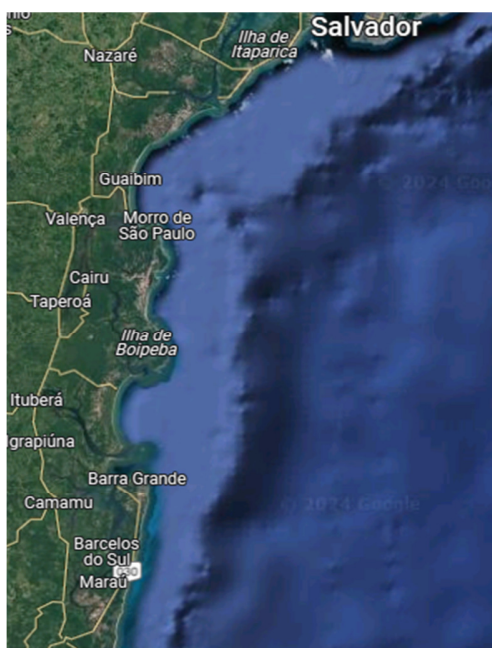
A geografia estuarina daquela zona costeira compõe um complexo fluviomarinho que permite a comunicação entre o Atlântico e o interior em diversos pontos da costa, o que favoreceu as ações dos colonizadores. Esse mesmo atributo físico-ambiental foi também responsável por uma densa ocupação pregressa à chegada dos europeus. A política de urbanização, por conseguinte, envolveu continuamente os povos originários e não exatamente como grupos humanos submetidos aos interesses e estratégias dos colonizadores, mas agindo também em razão de suas próprias lógicas.

No entanto, a paisagem urbana daquele território emerge aos olhos dos seus moradores e dos visitantes como uma genuína e exclusiva expressão da cultura e da agência do colonizador. Das populações originárias só teria restado a toponímia, os modos de fazer presentes nas atividades da pesca artesanal e uma memória fitoterápica, ainda muito arraigada nas zonas rurais. Só que a

história da urbanização, seguindo o caminho iluminado por Nestor Goulart Reis Filho, é uma história social, de maneira que não se pode conceber as paisagens urbanas sem as marcas dos diferentes agentes que tomaram parte do processo de urbanização ao longo do tempo (Reis Filho, 1968).

Repensar o processo de urbanização buscando fazer emergir as ações daqueles protagonistas invisibilizados permite a recuperação de traços da paisagem que manifestam os interesses e os sentidos das intervenções dos diferentes grupos humanos no ambiente físico, configurando uma rede urbana modelada no hibridismo cultural. Podemos, assim, nos distanciar um pouco da lógica do sentido de exterioridade atribuída ao nosso processo de urbanização. Afinal, como se verá, as estratégias de mobilidade e assentamento que os grupos indígenas empreenderam na dinâmica de alianças e resistências do processo de colonização orientaram decisivamente as tessituras da rede urbana e viária que chegou aos nossos dias.

Figura 1: Faixa costeira do Baixo Sul baiano



Fonte: Google Maps. Acesso em 18/12/2024

Com esse escopo, partimos da mesma questão orientadora colocada por Esdras Arraes para investigar o processo de urbanização nos Sertões do Norte (2020, p. 2): “seria a construção do espaço urbano concebido na América

portuguesa obra exclusiva da Coroa, aqui tomada em seu aspecto institucional? Como outros agentes sociais contribuíram para a formação urbana brasileira?” No percurso dessa pesquisa dialogamos também com autores como Maria Helena Flexor, João Pedro Ramalho e Rubens Giancesella para quem a experiência dos povos originários aparece como uma variável explicativa importante para se compreender as morfologias do processo de urbanização no Brasil colonial.

O objeto dessa investigação emerge enquanto ações conscientes dos agentes históricos, com destaque para os povos originários, e como morfologias moldadas naquelas ações que se materializaram nas paisagens, considerando as imposições do meio ambiente. Pensamos aqui nas estradas abertas no processo de colonização sobrepostas aos caminhos indígenas, cujos traçados seguiam linhas topográficas de cumeadas e procuravam passagens nos gargalos mais estreitos dos rios ou nos portos naturais, tecendo vias que iriam moldar a geografia da expansão e da rede urbana colonial, como bem demonstrou Sergio Buarque de Holanda para o território paulista. (HOLANDA, 2001; 1990)

Núcleos urbanos, por sua vez, surgiram em locais ancestralmente ocupados pelos indígenas, a exemplo de platôs conectados a portos naturais. Eles ofereciam a segurança do controle visual dos horizontes e permitiam o aproveitamento das terras das encostas dos tabuleiros para a agricultura, além da facilidade do trânsito fluvial e marítimo. Como procuramos demonstrar nesse artigo, alguns desses locais foram ressignificados pelos jesuítas para a implementação de aldeamentos no processo de colonização e evoluíram para cidades como Camamu, Taperoá e Ituberá.

A pesquisa busca identificar os núcleos e suas conexões, acompanhando no tempo as transformações na tessitura da frente de urbanização que vai configurando uma rede urbana. Na perspectiva da Geografia Histórica, e com o auxílio de documentos textuais de autoridades e religiosos associados e um conjunto cartográfico que representa diferentes paisagens e momentos da formação territorial do Baixo Sul baiano, procura-se apreender as vias por onde circulavam pessoas e mercadorias e o porquê da opção por certos caminhos e

por determinados lugares de assentamento. A paisagem, assim, é configurada e reconfigurada no tempo, considerando que as vocações antrópicas se realizam plenamente no quadro oferecido pela natureza, nos limites da técnica (Ferro, 1979, p. 19-20).

Pode parecer problemática à primeira vista a adequação do emprego dos conceitos de urbano e de rede urbana para se referir a pequenos núcleos encravados na floresta atlântica. Mas é preciso ter em conta que, no Brasil, atividades propriamente urbanas, exercidas por uma população especificamente urbana, independente da zona rural, afora nos maiores núcleos coloniais, como Salvador, Rio de Janeiro e Recife, ou nalgumas poucas vilas das Minas do ouro, só acorrerá de fato no século XX. Portanto, quando se investiga o processo de urbanização no tempo de longa duração, entre os períodos colonial e imperial, não se pode operar numa fronteira conceitual que oponha urbano e rural. Ao contrário, é justamente a interdependência entre o mundo rural e o urbano que confere sentido ao surgimento de diversos assentamentos integrados numa rede que ligava fazendas e sítios a mercados próximos ou distantes.

Seguindo a perspectiva teórica de Beatriz Bueno para os estudos da urbanização no Brasil colonial e imperial, entendemos que o conceito de núcleo urbano deve ser ampliado, incluindo não somente as vilas e cidades com estatuto municipal, mas outras formas de assentamentos que impliquem em “(...) qualquer vestígio indicativo de presença humana irradiada de demandas urbanas, via homens urbanos, a despeito da sua fragilidade demográfica, formal e estatuto político” (Bueno, 2017, p. 243).

No caso desse estudo, inclui-se na lógica do processo de urbanização enclaves de atividade econômica, defesa e catequese, a exemplo de aldeamentos, arraiais associados à atividade madeireira, pequenos portos, lugares de passagem de rios etc., conectados por caminhos precários e vias fluviomarinhas. É essa noção redimensionada de rede urbana que permite a sustentação da hipótese do protagonismo dos povos originários na construção morfológica das territorialidades coloniais.

A paisagem, por sua vez, é pensada como categoria de análise a partir da distinção estabelecida por Milton Santos entre espaço e paisagem. Enquanto o espaço compreende formas e atividades de modo indissociável e contínuo, a paisagem é definida como o conjunto de formas que pode ser captado pela visão num dado momento. Ela traz em seu bojo heranças das relações passadas entre as sociedades humanas e a natureza: “em cada lugar, pois, o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizado em formas”. Essas formas geográficas herdadas são as rugosidades, que correspondem ao “que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares” (Santos, 2006, p. 91-92). Assim, para a análise do processo de criação e recriação de formas espaciais naquele território costeiro da Bahia, na longa duração, a paisagem se torna um recorte operacional eficaz, na medida em que se deixa revelar pelos testemunhos de diferentes momentos do passado, se compondo de rugosidades no presente.

Preexistências e vivências indígenas na implantação da primeira rede de assentamentos coloniais da capitania de Ilhéus

Desde a institucionalização das capitanias hereditárias, a política urbanizadora da Metrópole se apoiou na aliança com os nativos tupis da costa, os quais percorriam e habitavam os estuários associados à floresta atlântica. Estudos demonstram que a primeira rede urbana do colonialismo foi assentada naqueles mesmos lugares em que viviam grupos humanos nativos, pois os europeus estavam sujeitos à equivalentes condições de sustentabilidade, associadas agora aos novos propósitos do comércio transatlântico (Gianesella, 2012, p. 167).

Na capitania de Ilhéus - donataria localizada na faixa costeira entre as capitanias da Bahia e de Porto Seguro -, o processo de urbanização se inicia com três núcleos localizados em nichos ecológicos com densa população nativa: a vila de São Jorge, na barra do rio dos Ilhéus (sede da capitania, fundada em 1536) e os aldeamentos de Camamu, na baía homônima, e Taperoá,

na zona continental frontal ao arquipélago de Tinharé, ambos implantados em 1562.

A toponímia dos dois últimos revela uma lógica de assentamento progressivo que seria convenientemente apropriada pelos colonizadores: Camamu, em língua tupi, significa “peitos juntos”, antropomorfizando o formato de duas elevações vizinhas e os ribeiros que passam ao largo e desaguam na baía homônima, à semelhança do leite que se derrama dos seios maternos. O lugar apresentava, portanto, condições muito propícias ao assentamento de populações originárias. Oferecia a segurança do relevo, a permitir o avistamento de amplo horizonte da baía, a operosidade do trânsito fluviomarinho e a fartura alimentar representada pelas espécies de maré, que circulam entre a água doce e salgada, fazendo dos manguezais seu berço de reprodução.

Tapera, ou Taperoá, por sua vez, deriva de tapera + uara, o “habitante da tapera” (tapuera), que designa uma aldeia antiga ou extinta, abandonada, em ruínas (Sampaio, 1901, p. 118; 152). Denota, portanto, uma antiga ocupação naquele platô elevado, às margens do rio que dá acesso ao arquipélago oceânico. As cartas dos primeiros jesuítas que missionaram naquela zona revelam a presença de uma densa população tupi, tanto na faixa litorânea da baía, estendendo-se para o arquipélago de Tinharé, como nos seus “sertões”.²

Foi o padre Luiz da Grã quem começou a ação de catequese naquela costa, em 1561, doze anos após a chegada dos primeiros inácianos para fundar Salvador com Tomé de Sousa. A narrativa da jornada do jesuíta no empenho de realizar contatos, acordos e finalmente fixar os aldeamentos de Camamu e Taperoá é bastante reveladora da agência indígena naquele processo. Tudo começou numa visita que ele fez à sede da Capitania de Ilhéus, em 1561, quando batizou com o nome de Henrique Luiz um indígena da costa de Camamu. O nome atribuído ao recém batizado já postula uma aliança com os portugueses, pois homenageava um dos principais administradores de engenho

² Ver as Cartas XLVI e XLVIII (Cartas Avulsas, 1931, p. 324; 352).

e promotores de entradas da vila de São Jorge dos Ilhéus, Henrique Luiz Espinha. De volta à sua aldeia, o indígena batizado, com anuência e apoio dos principais das tabas vizinhas, enviou seu irmão para Salvador para estabelecer entendimentos com o governador. Viabilizou-se, enfim, a vinda do padre Luiz da Grã para a aldeia, acompanhado de outros dois inacianos, sendo um deles muito bom intérprete (Cartas Avulsas, 1931, p. 324).

Depois de uma jornada arriscada e extenuante, chegaram a Camamu. Os padres reuniram-se com os principais das aldeias próximas àquela de Henrique Luiz e acordaram a união das tabas em torno de um lugar apropriado. Ali seria construída a igreja e uma casa para a residência dos padres. No retorno à Bahia, encontraram outras aldeias e trataram acordos com diferentes lideranças indígenas, ocasião em que se demarcou um lugar topograficamente adequado, nas proximidades de várias aldeias, para se construir igreja e estabelecer aldeamento (Cartas Avulsas, 1931, p. 324).

Quando regressaram, meses depois, já puderam consolidar o aldeamento de Nossa Senhora da Assunção de Tapepitanga, posteriormente denominado Macamamu e finalmente Camamu, onde ficou o padre Pedro da Costa com outro irmão. No regresso a Salvador fundaram a missão de São Miguel de Taperoá, no lugar outrora demarcado, fixando ali também um padre e um irmão. Logo, ambos os aldeamentos reuniam 6.000 indígenas, dois terços dos quais em Camamu (Anchieta, 1933, p. 353).

Ao se juntarem no âmbito de uma aliança com os jesuítas os nativos procuravam se proteger dos “brancos”, que vagavam cada vez em maior número, cativando indígenas à título de resgate (Cartas Avulsas, 1931, p. 324). Do mesmo modo, tal aliança os protegeria de um inimigo tradicional, os “tupiniquins do sertão de Ilhéus”, que por aqueles tempos também representavam uma ameaça (Cartas Avulsas, 1931, p. 352). De fato, por intermédio dos jesuítas, o governador intercedeu junto aos tupiniquins de Ilhéus, “mandando-os ameaçar por um língua dos honrados e antigos na terra”. No mesmo ano de 1562 Luiz da Grã voltou e batizou novecentos indivíduos em

Taperoá, onde celebrou perto de cem casamentos. Em Camamu, batizou 1.100 e uniu em matrimônio mais de 120 casais (Cartas Avulsas, 1931, p. 352).

As missivas dos jesuítas revelam aspectos importantes da percepção dos colonizadores a respeito da diversidade étnica dos indígenas que habitavam a costa sul-baiana, assim como de suas rivalidades. Seriam tupinambás os habitantes do entorno da baía de Camamu e desta em direção ao Norte. Eles viviam em amistosidade com seus vizinhos, o que favoreceu a jornada dos jesuítas e viabilizou os acordos com diferentes líderes (principais) para a escolha dos sítios onde seriam construídas as igrejas e implementadas as missões. Não obstante, esses mesmos tupinambás eram “inimigos dos da margem esquerda oriental do golfo de Todos os Santos” (Campos, 2006, p. 89).

Já no entorno da vila de São Jorge dos Ilhéus dominavam os tupiniquins, cujas campanhas de combate aos tupinambás de Camamu teriam compelido o nativo Henrique Luiz a buscar acordo com os portugueses. Silva Campos argumenta que a “submissão dos íncolas” que habitavam as terras e enseadas situadas na porção setentrional da capitania de Ilhéus foi uma consequência imediata da vitória de Mem de Sá - auxiliado pelos tupinambás aldeados no entorno de Salvador - sobre um levante indígena na vila de São Jorge dos Ilhéus, em 1559. Só depois daquela demonstração de força aliada, argumenta o historiador, os tupinambás aliados de Henrique Luiz procuraram acordos com os portugueses, através dos jesuítas. Antes disso, complementa, jamais os donatários haviam efetivado a conquista e o povoamento daquela zona, “nem salvante à concessão de sesmarias haviam exercido atos de jurisdição sobre tais paragens que, assim, virtualmente abandonaram” (Campos, 2006, p. 88-89).

Ainda conforme Silva Campos, o “novo estado de coisas” que se rompeu na capitania de Ilhéus com tais acordos e a atividade jesuítica colocou a capitania num período de “franco progresso”, que não se limitava mais à sede e suas cercanias, alcançando também as ilhas de Tinharé e Boipeba, as margens da baía de Camamu e o litoral continental do Norte (Campos, 2006, p. 88-89).

Passava-se, desse modo, daquela primeira situação em que a resistência nativa imprimia um “saldo negativo” no projeto de conquista e ocupação colonial (Ramalho *et all*, 2020, 2) para uma nova fase de expansão. Tal inferência corrobora a tese de que a resistência localizada de povos originários à expansão colonial também deve ser tomada como um fator decisivo na composição das morfologias da ocupação europeia nas terras da América portuguesa (Ramalho *et all*, 2020, p. 21).

Naquele contexto, em que os inácianos conseguiam avançar seu projeto para as capitanias do Sul (Ilhéus e Porto Seguro), o governador Mem de Sá repassou ao Colégio da Bahia uma enorme sesmaria que havia recebido de Jorge de Figueiredo Correa, primeiro donatário da capitania de Ilhéus. O chamado Fundo das Doze Léguas, ou Terras do Camamu, incluía territórios entre a ilha de Boipeba e o rio de Contas. Sob a posse dos jesuítas foi sendo ocupado por pequenos produtores de farinha de mandioca, na condição de enfiteutas (Dias, 2011, p. 71). No auge dessa fase positiva para o avanço da ocupação colonial, o novo donatário de Ilhéus - o negociante genovês radicado em Lisboa, Lucas Giraldes - tentou impor sua autoridade, instituindo vilas naquele território à revelia dos interesses do Colégio, que recorreu aos tribunais e conseguiu barrar aquele intento (Campos, 2006, p. 118-119).

O maior revés, no entanto, viria não da ação intencional de qualquer autoridade ou grupo humano, mas pela obra devastadora do vírus da varíola. Estima-se que entre 1562 e 1565 mais de dois terços dos indígenas aldeados da Bahia e da capitania de Ilhéus teriam sucumbido. Muitos outros debandaram para os sertões, enquanto aquela zona entre o sul do Recôncavo e o norte da capitania de Ilhéus se desorganizou por completo (Campos, 2006, p. 105-106; Schwartz, 1988, p. 44-45).

Em face do aumento do número de entradas no sertão para a captura de indígenas, numa tentativa dos proprietários para manter a produção dos engenhos e demais fazendas, acirraram-se também as reações de outros grupos indígenas inimigos dos tupis da costa. Os denominados aimorés chegaram, assim, cada vez mais próximos dos assentamentos portugueses, imprimindo

medo e perdas em vidas e materiais (Campos, 2006, p. 109-110). Mas, quem eram esses indígenas que povoaram as crônicas do período como os mais indômitos inimigos dos colonizadores?

O padre Manoel da Nóbrega já se reportara a eles como uma “outra casta de gentios que chamam Guimares”. Eles habitavam a floresta e não tinham qualquer comunicação com os portugueses, eram muito corpulentos e quando pelejavam, sempre de tocaia, facilmente espedaçavam os inimigos com suas massas, fugindo pelos matos, razão pela qual eram muito temidos pelos demais ameríndios (*apud* Campos, 2006, p. 112). Dos aimorés seriam descendentes os guerens, contra os quais os colonizadores decretaram inúmeras “guerras justas” no decorrer dos séculos XVII e XVIII, como se verá a seguir, e, também, os botocudos, inimigos nativos da vez no século XIX (Campos, 2006, p. 117).

A resistência dos aimorés imprimiu uma remodelação na morfologia da ocupação, que será deslocada para o arquipélago de Cairu, Tinharé e Boipeba como estratégia de defesa em relação àqueles indígenas não eram afeitos à navegação. Os jesuítas e boa parte dos foreiros se passaram para as ilhas. O aldeamento de Taperoá, por sua vez, voltaria àquele estado de aldeia abandonada que, na língua nativa, batizara o sítio onde Luiz da Grã havia fundado a missão de São Miguel. Somente depois de muito esforço, por assim dizer, diplomático, por parte dos jesuítas, aquietaram-se os aimorés. Quando o sargento-mor Diogo de Campos Moreno percorreu a costa da Bahia para o Sul (1610) constatou que havia muitos moradores espalhados pelas ilhas e no continente, porém, sem povoação “significativa” (Moreno, 1955, p. 135).

Para as ilhas também se mudaram famílias da vila de São Jorge dos Ilhéus, igualmente aterrorizadas pelos aimorés. O proprietário de um dos maiores engenhos daquela vila, Domingos da Fonseca Saraiva, chegou a abandonar seu empreendimento e se mudar com a família para o arquipélago, onde estabeleceu entendimentos com indígenas e jesuítas, participando ativamente na construção das capelas de Santo Antônio, em Boipeba, Nossa Senhora da Luz, no Morro de São Paulo, e São Francisco Xavier do Galeão, na

face noroeste da ilha de Tinharé. Consta também como um dos primeiros povoadores portugueses da vila de Cairu.

Num mapa do “Atlas” de João Teixeira Albernaz (1655) estão representadas algumas moradias espalhadas pela banda do Sul da baía de Camamu, sendo que, nas terras mais ao Norte (à direita do mapa), assinala-se Boipeba e Morro de São Paulo (figura 2). Cairu, por sua vez, é a única povoação referida como vila. Com a moderação da resistência aimoré, esses novos núcleos urbanos insulares vão amparar a expansão de lavouras nas ilhas e no continente. No Morro de São Paulo foi construída uma fortaleza (em 1631), que promoveu as condições de segurança necessárias para a consolidação de uma zona de produção de abastecimento (Dias, 2011, p. 99).

Figura 2: Fragmento de um mapa do Atlas de J. T. Albernaz (1655), onde se vê a costa entre o Rio de Contas e a Ilha de Itaparica (meados do século XVII)



Fonte: Albernaz, 1655, fl. 09

É pertinente, do ponto de vista da análise da formação territorial e da morfologia da rede urbana, entender as paisagens em seus diferentes momentos

como o resultado do entrelaçamento de projetos distintos, sejam da esfera metropolitana - dos interesses da Coroa, dos agentes privados, da Igreja ou dos jesuítas -, sejam da esfera dos habitantes (Arraes, 2016, p. 576), nesse caso, os povos originários ali presentes. Significativo, à vista disso, é a frustração do donatário de Ilhéus no seu interesse de fundar vilas na sesmaria dos jesuítas e no seu entorno, onde o projeto de aldeamento em curso criava as condições para o avanço da conquista e colonização. Ao contrário do intento do donatário, prevaleceram os aldeamentos, implantados nos lugares em que os indígenas já percorriam e habitavam no seu viver cotidiano.

Ao que parece, as ações dos jesuítas com o objetivo de conquistar almas foram mais resignadas à lógica territorial dos habitantes indígenas, se comparadas às ações da Coroa e dos agentes privados, norteados pelo imperativo da conquista para o poder político e o comércio atlântico. Mesmo naquela “paisagem política” representada no mapa de Albernaz, subjazem as experiências vivenciadas dos (e com) os povos originários, que empurraram os colonizadores para o arquipélago, onde surgiram as primeiras vilas.

Ao longo do século XVII, a política urbanizadora se manteve fortemente amparada na aliança com os indígenas. Em Camamu, na medida em que se adensava a ocupação de foreiros, o antigo aldeamento se transfigurava mais e mais numa vila portuguesa. Era imperativo naquele contexto garantir a segurança dos estabelecimentos produtivos em relação aos indígenas contrários, assim como aos inimigos batavos e aos escravizados africanos e seus descendentes, cada vez mais numerosos e resistentes naquela economia mercantil. Notícias de mocambos, quilombos e “assaltos” de negros fugitivos pululam na documentação, desde as primeiras décadas do século XVII.³

³ A respeito da resistência escrava na Bahia, amparado em farta documentação dos séculos XVII e XVIII, Stuart Schwartz chegou à seguinte conclusão: “Embora fossem as paróquias açucareiras do Recôncavo baiano as que possuísem o maior número e a porcentagem mais alta de escravos, a região da Bahia que experimentou a maior incidência de formação de mocambos foi a dos distritos sulinos de Cairu, Camamu e Ilhéus”. (SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru - SP: Edusc, 2001. p. 224).

A missão de Serinhaém (século XVII); vila de Santarém (século XVIII)

Os ameríndios sobreviventes de Camamu e Taperoá formaram um novo aldeamento em outro sítio. O lugar era um platô elevado, de onde se podia avistar, de um lado, um amplo horizonte da baía de Camamu e, do outro, o entorno florestal dos tabuleiros costeiros, de onde vertiam os rios e ribeiros ocupados por lavouras de alimentos. Como fora criada com os sobreviventes dos dois aldeamentos pioneiros daquela zona, somado a outros vindos da missão de Santo André, da capitania de Porto Seguro, a nova missão acabou sendo denominada de Santo André e São Miguel de Serinhaém, agregando, assim, os dois oragos (Leite, 1949, p. 205). Já o topônimo tupi se referia ao rio que descia pela encosta do platô, seguindo seu curso até encontrar as águas da baía.

Aquele aldeamento estabeleceria por longas décadas uma verdadeira fronteira da ação colonizadora portuguesa no entorno da baía de Camamu, como sugere o fragmento de um mapa de meados do século XVIII, apresentado na figura 3. No plano inferior esquerdo representa-se a baía de Camamu, com a vila homônima e a missão de Serinhaém. Seguindo desta para o interior (plano esquerdo superior) lê-se: “Mattas que vão continuar com as serras que no Camamu chamão do ouro”. Junto a essa anotação, figura uma flecha, cuja legenda (ausente no fragmento apresentado) aponta: “os lugares por onde costumão andar e habitar os gentios bravos levão este sinal”. Somente na virada do século XVIII para o XIX seria aberta uma estrada de Camamu em direção ao interior, sob a empreitada de José de Sá Bittencourt Accioli e pelas mãos de indígenas capturados em desumanas entradas (Campos, 2006, p. 297).

Figura 3: Territórios do Centro-Norte da capitania de Ilhéus em meados do século XVIII



Fonte: Comarca de Ilhéus e da Bahia (s/d).

Na segunda metade do século XVII, a missão de Serinhaém passou a abrigar além dos tupis também indígenas paiaaiás, que após décadas de violentos conflitos com os colonizadores nos territórios que habitavam nas margens do rio Paraguassu firmaram acordo com o padre jesuíta Antônio Oliveira, em 1675. Ficaram aldeados, primeiramente, em uma missão num lugar do “sertão do Orobó”. Pouco depois, conforme Serafim Leite, foi conveniente mudá-los para o entorno da baía de Camamu, “para evitar as oposições dos grandes sesmeiros” (Leite, 1949, p. 205).

As notícias compiladas por Serafim Leite das missivas dos jesuítas que exerceram a função de superiores de Serinhaém confirmam a abalizada perspectiva teórica de que os indígenas se apropriaram dos aldeamentos missionários como seus territórios, mantendo alto nível de poder e controle do ordenamento temporal (Almeida, 2003). Após a saída dos últimos jesuítas daquela missão, em 1757 - antes mesmo da subscrição da Ordem -, foi nomeado para o cargo de superior um sacerdote secular, chamado Francisco

Xavier de Araújo Lassos, que logo se deparou com enorme dificuldade para “amansar tal gente”. Escreveu aos jesuítas para manifestar seus desgostos e pedir instruções, reconhecendo um suposto “dom especial” da Companhia para governar os indígenas, pelo exercício da paciência (Leite, 1949, p. 206).

Pelo Diretório dos Índios de 1758 a missão foi elevada à categoria de vila, com a denominação de Santarém. No final daquela centúria, recebeu a visita do capitão da fortaleza de Morro de São Paulo, Domingos Alves Branco Muniz Barreto, cuja jornada foi narrada em uma preciosa “notícia histórica”, acurada com aquarelas legendadas daquela vila e de outras por onde passou (Barreto, 179?). A aquarela referente à vila de Santarém revela os sinais das “metamorfoses” de que se valeram os indígenas para se manterem no controle das diversas funções de poder na nova vila. Eleitos para os cargos da câmara e munidos de patentes de capitão-mor, sargento-mor e escrivão da câmara, suas residências foram destacadas com representações de cruzes defrontes, cujos tamanhos indicam o nível hierárquico das patentes (figura 4).

Figura 4: Vila de Santarém (1794)



Fonte: Barreto, 179? [c. 1794], fl. 18.

No que toca à morfologia da vila de Santarém, a aquarela de Moniz Barreto expressa a vigência do modelo urbano comum das missões jesuíticas da América portuguesa, mais simples se comparado ao da América espanhola. No entanto, despontam-se alguns princípios de organização espacial, a exemplo da praça quadrada, aberta em um dos lados, com a igreja ao fundo, no ponto mais alto da colina, e as casas correndo nas laterais (Pessôa, 2000, p. 73).

O desenho das residências, por sua vez, indica o uso de materiais e procedimentos construtivos típicos dos ameríndios daqueles territórios, como as paredes de pau-a-pique e a cobertura de piaçava, palmeira endógena da Mata Atlântica e abundante na faixa costeira. A arquitetura sugere um modelo misto, com elementos das casas portuguesas e das moradias indígenas. No primeiro caso, apresenta-se o formato quadrado e o telhado em duas águas, enquanto o pé direito alto, tendo as janelas (talvez meras aberturas) acima do nível das portas, remete ao modelo das ocas tupis, preparadas para a conservação dos fogos usados no preparo dos alimentos. Algumas residências, pelas suas grandes dimensões, parecem abrigar várias famílias, o que seria mais um indício da manutenção dos costumes nativos, meio século após a saída dos inicianos.

A igreja de pedra, já bem arruinada (a da esquerda), servia por um lado de curral de ovelhas, enquanto se iniciava a construção de uma nova (Barreto, 179?, fl. 18). Esta última chegou a nossos dias, com a imponência das igrejas barrocas, contrastando com um entorno de construções modestas, que ainda revelam em parte a morfologia do modelo urbano do quadrado jesuítico. Na paisagem contemporânea da cidade de Ituberá, a vila de Santo André desponta como rugosidade, em grande medida desprovida da memória dos seus protagonistas coloniais.

Figura 5: Atual vila de Santo André, município de Ituberá-BA



Fonte: <https://www.itubera.ba.gov.br/site/Noticias/noticia-03052021091456124-Em-mobiliza-o-dos-artistas-locais-Prefeitura-de-Ituber-lan-a-o-Jingle> (Acesso em 18/12/2024)

Diretrizes indígenas na morfologia da ocupação colonial do século XVIII

No século XVIII, a Coroa passará a conduzir oficialmente a atividade madeireira nas florestas circunvizinhas de Boipeba e Cairu. Sediada nesta última vila, a Real Feitoria abrirá enclaves de extração de madeiras - os “cortes” - em locais propícios para o escoamento de pranchas e peças já beneficiadas para a construção naval. Lugar perfeito para aquela atividade deveria estar situado às margens de um ribeiro, conectado ao porto marítimo. As serrarias eram instaladas no seu limite navegável, possibilitando, assim, explorar todo o território marginal entre os “cortes” e a foz (Dias, 2011, p. 216; Dias, 2019, p. 45).

Lugares assim, onde as águas de maré encontram uma barreira intransponível – um travessão -, eram frequentados e ocupados há tempos pelos ameríndios, pois o movimento das águas favorecia o navegar das canoas, configurando portos naturais. Traziam também um mundo de espécies de peixes, crustáceos, mariscos etc. Seriam eles mesmos, os indígenas, que formariam o maior contingente de trabalhadores dos cortes, afinal, conheciam as espécies de árvores como ninguém e dominavam as técnicas de derrubada e falquejo. Naturalmente, sabiam viver e se movimentar no ambiente florestal e o

labor do machado era muito mais atrativo aos homens daquela cultura (a indígena), que designava às mulheres o trabalho da lavoura. Por essa razão, só se encontram na documentação histórica referências a escravizados africanos e seus descendentes trabalhando nas serrarias. No interior das matas, reinavam os indígenas (Dias, 2019, p. 45-46).

Os primeiros cortes foram estabelecidos entre 1716 e 1720. O primeiro surgiu na povoação de Taperoá, que havia sido reerguida por colonos portugueses e indígenas aparentados. Outro corte foi aberto em Maricoabo, pouco mais ao norte, e um terceiro passaria a operar na primeira corredeira do rio Una, onde logo afluaria um arraial (núcleo da atual cidade de Valença-BA). Outro corte ainda seria aberto uma légua acima da foz do rio Jequiriçá, em território pertencente à capitania da Bahia (Dias, 2019, p. 45-46).

Dois séculos haviam se passado desde o início do processo de colonização naquela zona, no entanto, o efetivo domínio territorial português apenas excedia poucas léguas das sedes municipais (Cairu, Boipeba e Camamu). Ao longo de todo o século XVII, grupos autônomos de indígenas guerens tornaram inseguras as florestas da freguesia de Cairu para a ocupação agrícola e, agora, representavam um enorme risco para a atividade madeireira. Ordens foram dadas para a realização de entradas, contando com indígenas tupinambás da aldeia de Santo Antônio, da vila de Jaguaripe (Campos, 2006, p. 209-210).

No contexto de violentíssimos combates para repelir e submeter os guerens, por volta de 1720, o vice-rei, Conde de Sabugosa, autorizou a criação da aldeia do rio Jequiriçá (N. S. dos Prazeres), no termo da vila de Jaguaripe, com 150 homens, sendo sessenta guerreiros. Segundo os termos do alvará, o objetivo era proteger os moradores do assalto do “gentio bravo”. Na mesma época, outras duas aldeias foram criadas no território continental da vila de Cairu, nas margens do rio Una, também como elemento de segurança (Freire, 1906, p. 100).

Assim, uma légua acima do estabelecimento madeireiro do rio Una, aqueles tupinambás fixariam uma verdadeira fronteira de guerra, permanecendo

por algumas décadas ainda sob a tensão do conflito com os guerens. Somente em 1755, quando ali missionava o Frei Bernardino de Milão, um grupo guerem foi assentado perto da aldeia, selando de vez o fim dos conflitos. De fato, o mapa de meados do século XVIII (figura 3) representa duas aldeias nas margens do rio Una: a de São Fidelis, entre aquele rio e o Mapendipe, de onde se extraía a maior parte das madeiras do corte do Una, e outra identificada como “Aldeia de Catajó”, da qual nunca mais se teve notícia. Estão assinalados também os aldeamentos de Jequiriçá e Serinhaém, além de vários lugares cujos topônimos indígenas - Taipu, Tapicirica, Carapuã, Maraú – evidenciam a dimensão da presença dos povos originários na construção daqueles territórios.

Em 1757, o vigário da freguesia de Cairu informava que a aldeia de São Fidelis se localizava há uma légua da capela de N. S. do Amparo, às margens do rio Una, estando regida por capuchinhos. Sua utilidade no processo de colonização é acentuada pelo vigário:

(...) para defeza do gentio barbaro, que muito combateo, e destruiu aos moradores desta Freguezia, e depois que a esta Aldeya se fundou por meyo della se conseguio... reduzisse a paz, e ao grêmio da Igreja catholica hua Aldeya do gentio barbaro que mais combatia esta Freguezia... e depois disto senão experimentão assaltos do gentio thé o presente (Relação da freguesia... Cayru, 1909, p. 192).

No “Mapa Geral de Todas a Missões da Capitania da Bahia”, de 1758, figura a aldeia de “Una do Cairu”, com orago de São Fidelis e 160 casais de tupinambás, missionados por capuchinhos (Mapa Geral, 1758). Outra fonte afirma que nessa aldeia viviam também indígenas pataxós (Lisboa, 1808, fl 5). Portanto, em meados do século XVIII, ao lado dos tupinambás, viviam em São Fidelis grupos integrados de indígenas guerens e pataxós.

Na atividade de extração e beneficiamento das madeiras, o transporte das toras retiradas da floresta para as serrarias era feito por meio de bois de tração. Isso exigia o emprego de estradeiros, indígenas obviamente, para abrir as trilhas na mata. Esse movimento impulsionou novas ocupações na esteira das trilhas da madeira, concorrendo para a formação de um “cordão de terras” agrícolas entre as povoações do rio Una e de Taperoá (Dias, 2019, p. 46).

Em 1757, vivam naquela faixa aproximadamente 1.500 “almas” (Figura 6). As capelas foram construídas próximas aos portos fluviais por onde as madeiras e as farinhas alcançavam o Atlântico. Agora, aqueles povoados se interligavam por terra, por uma via paralela à linha da costa.

Figura 6: Tabela das povoações, população e produção mercantil da zona continental da freguesia de Cairu, 1757

POVOAÇÃO	POPULAÇÃO	PRODUÇÃO MERCANTIL
- Capela de N. S. do Amparo, circuito desde a Ponta do Curral. - Capela de N. S. do Desterro (Maricoabo). - Capela de N. S. d’Ajuda, Rio Camorogi - Capela do S. S. Brás (Taperoá)	- 135 fogos, 560 almas - 46 moradores, 360 almas - 6 moradores, 50 almas - 54 moradores, 580 almas Total: 241 m., 1.570 almas	Tabuados de madeiras, farinha e arroz.

Fonte: Silva, 1909 (ABN, vol. 31, pp. 190-191).

A expulsão dos jesuítas, por sua vez, abriu as terras do antigo “Fundo das Doze Léguas” para os madeireiros, que agora poderiam contratar diretamente os indígenas “jornaleiros” (diaristas) da vila de Santarém. Os nativos dali se empregaram no “corte” estabelecido no rio Jequié (atual rio das Almas), que logo se tornaria um arraial. Para chegar até lá, abriram uma estrada pela linha de cumeada do platô onde estava assentada a vila de Santarém, buscando o rumo do Norte. Em uma determinada altura, se descia pela encosta até a planície, onde se chegava à povoação de Taberoê – lugar de serrarias - alcançando o arraial do Jequié (núcleo original do atual município de Nilo Peçanha), três léguas para o norte.

No ano de 1808, o juiz conservador das matas da comarca de Ilhéus, Baltazar da Silva Lisboa, por ordem do príncipe regente, foi encarregado da abertura de uma Estrada Real para ligar a então vila de Valença - antiga povoação do corte do Una, da capela de N. S. do Amparo, erigida como vila de Valença em 1799 - ao rio Doce. Naquela empreitada foram construídas pontes e indígenas canoeiros passaram a residir e operar na passagem dos rios. Nos territórios entre Valença e Camamu a estrada já existia, tendo o juiz Lisboa a tarefa de melhorar as condições viárias onde fosse necessário (Lisboa, 1808).

A estrada passava por todas as capelas citadas na figura 5, perfazendo naquele trecho o mesmo percurso da atual rodovia BA-001. O juiz relatou que desde a povoação do Jequié, em distância de três léguas ao sul, rumo ao rio Taberoê, a estrada já era bastante frequentada e aperfeiçoada, “assim na limpeza do solo, como na largueza”, de maneira que se podia transitar comodamente, a qualquer hora. Dali poderia se chegar à Camamu navegando em canoa por seis horas. Porém, a rota da Estrada Real seguiria rumo à vila de Santarém pelo velho caminho aberto pelos indígenas (Lisboa, 1808, fl. 15).

Uma interessante representação daquele território está contida na “Planta Topográfica” desenhada pelo cartógrafo Manoel Rodrigues Teixeira, por volta de 1800 (figura 7).

Figura 7: Fragmento da Planta Topográfica de 1800, de Valença a Santarém (Ituberá)



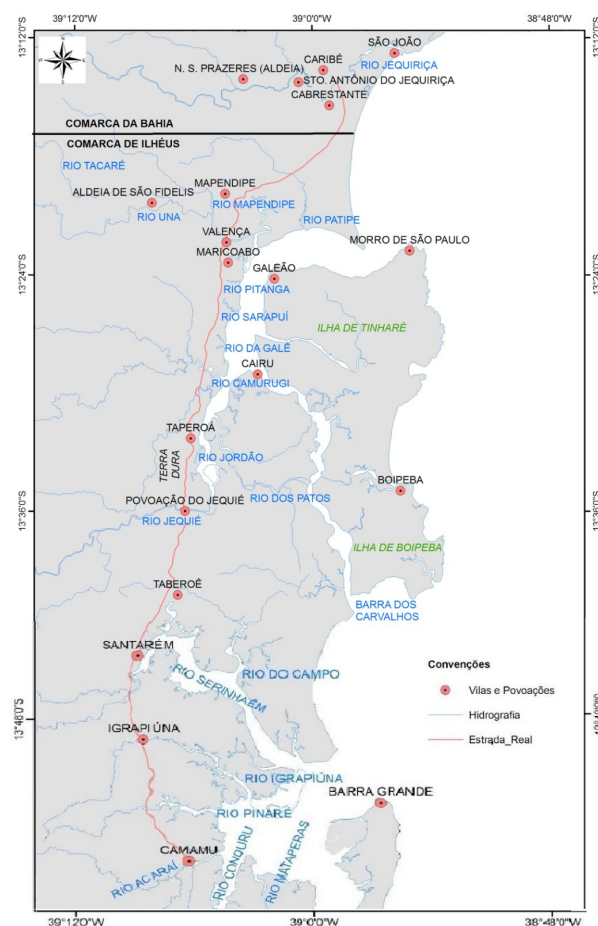
Fonte: Teixeira, 1800.

É digno de nota que tanto a aldeia de São Fidelis como a vila de Valença tiveram suas denominações acrescidas do adjunto adnominal de posse “dos Índios”, o que revela o contingente étnico predominante. Outro topônimo que sugere a presença indígena é a Ilha de Tijuassu “dos Tapuias”, ao sul de Cairu. Logo abaixo dessa última inscrição, lê-se “Fugidos”, num local que corresponde ao da atual comunidade quilombola de Boitaraca. De fato, isso pode não ser uma coincidência, pois escravizados em fuga procuravam situar seus mucambos em locais de difícil acesso, cercados por defesas naturais, como

pântanos e manguezais, como é característico daquela zona de restinga. Portanto, além dos povos originários, africanos escravizados e seus descendentes também foram agentes da construção territorial do Baixo Sul baiano e deixaram suas marcas na paisagem cartografada pelos colonizadores.

A Estrada Real, que sedimentará uma próspera rede urbana ao longo do século XIX (que aparece pontilhada na figura 7), assentara-se, portanto, nos velhos “caminhos de vizinhança” (Arraes, 2016, p. 576) abertos pelos indígenas para se comunicarem entre os aldeamentos e os cortes de madeiras (figura 8).

Figura 8: Estrada Real e rede urbana do Baixo-sul baiano (1808)



Fonte: autoria própria.

Conclusão

A rede urbana do Baixo Sul baiano edificada no período colonial teve o protagonismo dos povos originários em todas as fases de sua formação, seja

pela presença pregressa nos nichos ecológicos onde os colonizadores acabaram estabelecendo seus primeiros núcleos urbanos, seja pelos condicionamentos geográficos impostos pelas suas movimentações, alianças e resistências, em face da política colonizadora.

Atualmente, no mesmo sítio indígena que demarcava os limites territoriais do processo de colonização em meados do século XVIII, ainda figura a vila de Santo André (antiga missão de Serinhaém e vila de Santarém), como um bairro da cidade de Ituberá. Num admirável mirante, tendo no ponto mais alto a imponente igreja colonial, as residências se distribuem à maneira do antigo quadrado dos aldeamentos jesuíticos. No entanto, naquela paisagem urbana marcada por rugosidades tão perenes, sua população, majoritariamente negra e mestiça, não guarda qualquer memória do passado indígena.

Já na cidade de Valença, num distrito denominado Guerem, onde sobrevive a igrejinha do velho aldeamento de São Fidelis, a chama da memória indígena se faz presente, inspirando e legitimando a luta do “Coletivo Guerem” pelo reconhecimento da identidade dos seus moradores e pela consecução dos direitos constitucionais, que lhes cabem como povos originários e protagonistas do processo de construção daquele território.

Como bem aponta Jamille Santos, a presença indígena no Baixo Sul tem sido pensada e experimentada pelo viés do paradigma do desaparecimento de povos que lutaram bravamente, mas acabaram vencidos na implacável marcha da colonização. Esse trabalho reforça, portanto, um movimento de compreensão da história dos povos originários, “... que converge com a necessidade de descolonizar nosso olhar, nossa própria historiografia e nossos currículos” (Santos, 2021, p. 13).

Na continuidade dessa pesquisa se pretende avançar na análise dos núcleos urbanos, atentos ao que Maria Helena Flexor reconhece como uma memória nativa no desenho urbano de muitas vilas, invisibilizada pelo fato de ser “coisa de índio” (Flexor, 2012). Na mesma perspectiva teórica, aventa-se também a inclusão das populações africanas e afrodescendentes escravizadas,

cujas experiências históricas de resistência e integração também imprimiram marcas efetivas nas paisagens urbanas e na cultura do Baixo Sul baiano.

Referências

ALBERNAZ II, João Teixeira. **Atlas do Brasil**. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Manuscritos, Cartografia. Prancha 9. http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1079075/cart1079075.htm

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas: identidade cultural nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003.

ANCHIETA, José de. **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

ARRAES, Esdras. Pensar con los ojos sertões, cartografar territórios e representar paisagens In: **Caderno Eletrônico do VI EIHC – Encontro Internacional de História Colonial**, Salvador: EDUNEB, 2016, p. 571-584. http://docs.wixstatic.com/ugd/106a40_47a1cfd3d0844f3c893b64f90d5d993a.pdf

BARRETO, Domingos A. B. M. **Notícia da viagem e jornadas que fez o capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto entre os índios sublevados nas vilas e aldeias da Comarca de Ilhéus e Norte da Bahia [179?]**. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, Ms. 512 (50).

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Por uma arqueologia da paisagem: mobilidade e enraizamento em perspectiva americana. In: **Labor & Engenho**, v. 11, 2017, 242-262. DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/labore.v11i3.8649556>

CAMPOS, João da Silva. **Crônicas da Capitania de São José de Ilhéus. 3ª Ed. Ilhéus: Editus, 2006.**

CARTAS AVULSAS (dos jesuítas) 1550-1568. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931.

COMARCA de Ilhéus e da Bahia (s/d). Arquivo do Exército (Rio de Janeiro), Mapoteca, Seção Bahia, Localização 02-02-254.

DIAS, Marcelo Henrique. **Farinha, madeiras e cabotagem: a capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial**. Ilhéus: Editus, 2011. http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais2015/farinha_madeiras_cabotagem.pdf

DIAS, Marcelo Henrique. **Economia, sociedade e paisagens da capitania de Ilhéus**. Ilhéus: Editus, 2019.

DOI: <https://doi.org/10.7476/9786586213249>

FREIRE, Felisbelo. **História territorial do Brasil**. Rio de Janeiro, 1904 (Ed. Fax Símile de 1998, Salvador, IGHB).

FLEXOR, Maria Helena. O. Planejamento, história e memória: o caso da Vila de Abrantes/BA. In: JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro; MOURA FILHA, Maria Berthilde (orgs.). **Vilas, cidades e territórios: o Brasil no século XVIII**. João Pessoa: UFPB/PPGAU, 2012, p. 131-146.

GIANESELLA, Rubens. Gêneses urbanas do colonialismo: síntese de encontros culturais. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.20. n.1, 2012, 165-200.

<https://www.scielo.br/j/anaismp/a/wDCYHtpWhxHhL7jTkmKpCct/?lang=pt&format=pdf>

HOLANDA, Sergio B. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001;

HOLANDA, Sergio B. **Monções**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**, Tomo V, Livro 1. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949.

LISBOA, Baltazar da Silva. **Memória acerca da abertura de uma estrada pela costa desde a Vila de Valença até o Rio Doce apresentada ao Príncipe Regente por Balthazar da Silva Lisboa em 1808**. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Doc. Original Manuscrito, 52 f., Maço 512 (58, doc. 52).

MAPA geral de todas as Missoens, ou Aldeas de Gentio mão, que estão situadas nesta Capitania da Bahia, e nas que comprehende o seo governo; com os nomes delas; Vilas de que são termo, Freguezias a que pertencem, qualidade dos Missionarios, que as administraõ, Novas Vilas, e Oragos das Parochias, a que se elevaraõ as que estavaõ na administração dos JESUITas; Dioceses, Capitancias, e Comarcas a que pertencem, extensaõ das terras, numero dos Cazaes, ou Almas, e qualidade das nasoens que habita em cada huã delas. B.a 20, de Dez.bro de 1758. Arquivo Histórico Ultramarino, BA, Avulsos, cx. 139, doc. 10701 (Coleção Resgate).

MORENO, Diogo de Campos. **Livro que dá razão do Estado do Brasil (1612)**. Recife: Arquivo Público Estadual, 1955.

RAMALHO, João Pedro Galvão; RENDEIRO NETO, Manoel; MALULY, Vinícius Sodré; GIL, Tiago Luís. Os grupos nativos e a morfologia da

conquista na América Portuguesa. In: **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [Online], Débats, 2020, 1-21. URL: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/80168>.

SAMPAIO, Teodoro. **O Tupi na Geographia Nacional**. Memoria lida no Instituto Historico e Geographico de S. Paulo. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica. 1901. http://biblio.etnolinguistica.org/sampaio_1901_tupi

SANTOS, Jamille Macedo Oliveira. O Baixo Sul e a tradição resistente: protagonismo indígena, entre a história e o ensino. In: BARBOSA, Nelma; PIMENTA, Scyla. **Baixo Sul da Bahia: território, educação e identidades**. Curitiba: Appis, 2021, 11-30. https://ifbaiano.edu.br/portal/extensao/wp-content/uploads/sites/4/2021/08/E-book-Baixo-Sul_REAFRO.pdf

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**, 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Felix Gonçalves da. Relação da freguesia de Santo Antonio de Jequiçá, no arcebispado da Bahia, pelo respectivo vigário Felix Gonçalves da Silva. Cachoeira do Jequiçá, 15 de maio de 1757. In: **Anais da Biblioteca Nacional (ABN)**. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Biblioteca Nacional, 1909. v. 31, p. 190-191. http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1909_00031.pdf

SILVA, Joaquim Pereira da. Relação da freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Vila do Cayrú, da comarca da Bahia, situada no princípio da capitania dos Ilhéos e a primeira da parte do norte, Pelo Vigário encomendado Joaquim Pereira da Silva de 1757. In: **Anais da Biblioteca Nacional (ABN)**. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Biblioteca Nacional, 1909. v. 31, p. 191-193. http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1909_00031.pdf

TEIXEIRA, Manuel Roiz. **Planta topographica em que se comprehende parte da comarca dos Ilheos, que principia na margem septentrional do Rio Grande, que esta na altura de 15°, e 30', e finaliza na margem meridional do Rio Una, q. esta na altura de 13°, e 30', e a outra parte pertencente a comarca da Bahia que principia na margem septentrional no Rio Una, e ponta do Morro de S. Paulo, que esta na altura 13°, e 30', e finaliza na margem meridional do Rio Itapicurú, que esta em 12°**. **Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, Cartografia, ARC.004, 08,008, 1800. https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart525993/cart525993.jpg

Recebido em: 2 de abril de 2024
Aceito em: 11 de dezembro de 2024